

## **Ata número dez**

### **ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

*Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas 18:00 horas, na Sala de Reuniões do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.*

*Aberta a reunião, pelas 18h15m, após um período de tolerância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Paulo Borralhinho, comigo Artur Elvas, primeiro secretário da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:*

*Da lista do Partido Socialista:*

*José Carrola Feliciano, Pedro Catalão (em substituição de Bruno Santos), Carlos Manuel Pinheiro Gomes e Manuel Firmino Cameira, encontrando-se até ao momento em falta Licínio Benedito e Eduardo Carlos dos Reis Gomes;*

*Da lista das Pessoas Pelo Concelho de Belmonte:*

*Anabela Sanches Pinto, Fernando Luís Pinto Proença, Patrícia Isabel Elvas Eusébio (em substituição de Daniel Bruno Afonso Tomé Mendes), encontrando-se até ao momento em falta Lara Joana Pinheiro Prudente Curto e José Carlos Birra Correia.*

*Da lista da Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV:*

*Marisa Gonçalves Tavares*

*Em falta no início desta reunião estão a segunda secretária da mesa, Anabela Teixeira e o vereador David Canelo.*

*Estiveram também presentes nesta reunião, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, José Mariano, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Torrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, David Velho e a Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascensão Cruz Pais.*

*Tomada a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 14 presenças.*

*Posteriormente deu por aberta a sessão e passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa.*

*1 – Aprovação de ata de 29 de setembro de 2014*

*2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes*

*3 - Período de antes da Ordem do Dia;*

*4- Período da Ordem do Dia:*

*4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e situação financeira do Município;*

*4.2.- Informação económica e financeira do Município de Belmonte – 30 de junho de 2014;*

*4.3.- Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2015;*

*4.4.- ADSI – Agência de desenvolvimento para a Sociedade de informação e do conhecimento – Proposta de protocolo (Sócio e outros serviços)*

*4.5.- “Contratação de Empréstimo a curto prazo para o ano de 2015”*

- 4.6.- Alteração de regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos de comércio e prestação de serviços do Concelho de Belmonte.
  - 4.7.- Mapa de pessoal para o ano de 2015;
  - 4.8.- EMPDS – Contrato Programa 2015;
  - 4.9.- 2ª Revisão às GOP's e Orçamento 2014;
  - 4.10.- Grandes Opções do Plano e Orçamento 2015
- 5 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes

*Face ao referido deu-se início ao cumprimento dos pontos.*

### **1. Aprovação da ata da sessão de 29 de setembro de 2014**

*O Presidente da Assembleia questionou se os membros propõem alguma alteração ou correção à ata número sete de 29 de setembro de 2014. Verificou-se neste momento a entrada da segunda secretária da mesa, Anabela Teixeira e do deputado do PS, Eduardo Gomes.*

*Não havendo nenhuma discordância ou alteração, passou-se à votação através de braço no ar.*

*Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 16 a favor, pelo que a ata é aprovada.*

### **2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes**

*O Presidente da Assembleia informar que se vai passar ao período de intervenção dos Munícipes pelo que dá a palavra aos munícipes interessados*

*O Presidente da Assembleia informou que tendo em conta que não há pedidos de intervenção de qualquer Município se iria dar continuidade à sessão da assembleia.*

*Antes de passar ao ponto seguinte informar que o membro do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte, José Carlos Birra se juntou à respetiva Assembleia passando a funcionar com 17 presenças.*

### **3 - Período de antes da Ordem do Dia;**

*O Presidente da Assembleia questiona os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto. Foram apresentadas duas inscrições, o deputado Fernando Proença do Movimento pelas Pessoas do Concelho de Belmonte e Marisa Tavares da CDU.*

*Dada a palavra ao primeiro inscrito, deputado Fernando Proença, o mesmo deseja a todos os presentes e famílias um Feliz Natal, informa que nesta assembleia o tema escolhido foi a transparência.*

*Num tempo em que nos deparamos com notícias como: um ex-primeiro ministro preso por corrupção e branqueamento de capitais, à derrocada de um banco por presumíveis atos ilegais, numa altura em que a opinião pública desperta pela falta de ética política por parte dos nossos governantes e dos poderosos, somos também nós brindados com a notícia que o concelho de Belmonte obteve o último lugar nos índices de transparência municipal que mede o grau de transparência das Câmaras municipais.*

*Transparência é, segundo a página da internet as Associação Cívica transparência e integridade, entende-se por transparência a faculdade de tornar públicos todos os atos do governo e dos seus representantes, de providenciar a sociedade civil com informação relevante*

de forma completa, fidedigna, atempada, facilmente compreensível e de fácil acesso. De desvendar interesses privados que possam colidir com interesse coletivo, permitindo desde modo a responsabilização de todos os autores quer pelas decisões ou ações tomadas ou omitidas, quer pelas razões que as informaram perante a lei e escrutínio do cidadão. Resumindo este índice mede a transparência dos municípios em função da informação sobre a sua composição, funcionamento e gestão disponibilizadas nos portais das Câmaras Municipais. Os vários indicadores estão agrupados em sete dimensões nomeadamente:

*Informação sobre a organização, composição social e funcionamento do município;*

*Planos e planeamento*

*Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e regulamentos*

*Relação com a sociedade*

*Transparência na Contratação Pública*

*Transparência económica financeira*

*Transparência na área do urbanismo*

O que se pretende é mostrar a disparidade existente entre os diversos municípios, se as diferenças entre o primeiro do ranking – Alfandega da Fé - e Belmonte pode não ser um bom exemplo de comparação, apresenta-se a comparação com um município próximo, Manteigas, concelho vizinho e dimensão semelhante. Aqui as diferenças continuam a ser notórias. Mas mais grave de que estar em último lugar é saber que os dados preliminares permitem o direito de contraditório e o Município, nas pessoas encarregues nada fizeram, pelo que consideramos que, ou a Câmara não considera esta situação importante ao ponto de responder ou não se preocupa com questões de transparência, ou a Câmara não têm como rebater os dados apresentados, ou não houve tempo para o fazer. Sendo que qualquer das situações é inaceitável e frisando que este índice não mede legalidade, mas sim transparência, acrescenta que uma qualquer informação não sendo obrigatoriamente publicitada por lei, não significa que a sua divulgação pública não seja relevante.

Não se pretende acusar ninguém de corrupção ou práticas de gestão duvidosa, apenas se pretende melhorar a transparência usando os meios de comunicação disponíveis e permitindo a pressão social, tema de uma moção apresentada e aprovada algum tempo atrás nesta Assembleia Municipal.

Durante a intervenção do deputado Fernando Proença verificou-se a chegada do Dr David Canelo, Sr<sup>a</sup> Lara Joana Curto e posteriormente de Licínio Benedito.

Dada a palavra, a representante da CDU, Marisa Tavares desejou a todos Feliz Natal e um Ano de 2015 melhor que o de 2014 cheio de saúde e passou a ler uma Moção sobre a Educação e a sua municipalização, de título: **“Municipalizar não resolve problemas, antes os agrava!”** e cujo o seu teor integral será arquivado em pasta anexa.

No seu conteúdo podemos destacar o fato de o Governo PSD/CDS ter em curso – na linha do que o guião “Um Estado Melhor” que preconiza – um processo de transferência, para entidades locais, de responsabilidades inerentes à prossecução de funções na área da educação, da saúde e da segurança social que compete ao Estado realizar e, cuja universalidade, a CRP consagra. Mas na realidade o que está em curso não é um qualquer processo de descentralização mas sim de destruição de funções sociais do Estado e de políticas públicas.

Recentemente foi tornado público um anteprojeto de decreto-lei que regula a delegação contratual de competências do Estado nos municípios e entidades intermunicipais que vem aumentar as preocupações atrás referidas.

Nas áreas aí previstas, a da Educação é aquela que está num registo mais adiantado, havendo já um projeto de municipalização inserido no “Programa Aproximar Educação” adotado

*pelo Governo que, configura uma nova etapa na ofensiva contra a Escola Pública e o sistema público de ensino.*

*O Governo está a “negociar”, com 20 municípios do país, entre os quais o de Castelo Branco, uma proposta de municipalização com pressupostos reveladores de um economicismo inadmissível, incentivando as autarquias, por exemplo, com prémios de poupança em docentes.*

*Trata-se de um processo que surgiu no final do ano letivo, para entrar em vigor nalgumas autarquias já a partir de janeiro próximo, com a vigência de 5 anos, sem que para tal o Governo PSD/CDS tenha tido o cuidado de ouvir os representantes das comunidades educativas, nomeadamente professores, outros trabalhadores da educação, encarregados de educação, organizações sindicais ou a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses.*

*O governo argumenta que pretende, com este pacote, fomentar uma gestão de proximidade que seria de maior eficácia e de mais fácil responsabilização por parte dos cidadãos, o que resultaria na melhoria do desempenho do sistema educativo no seu todo e na prestação de um melhor serviço público aos alunos. Mas, o que aconteceria com a aplicação da municipalização da educação seria a desagregação nacional da Escola Pública preconizada na CRP e na Lei de Bases do Sistema Educativo, pois ficaria sujeita às “sensibilidades” das várias autarquias perdendo a sua “unidade” no todo do território nacional. A experiência de décadas de Poder Local democrático tem-nos demonstrado que, em geral, muitas das competências que têm sido transferidas para o poder local não são acompanhadas da correspondente contrapartida financeira e que as câmaras municipais vão suportando legítimas exigências das populações com enormes sacrifícios, nomeadamente transferindo verbas que deveriam ser destinadas a outras finalidades, assumindo responsabilidades em áreas para as quais não estavam vocacionadas, como por exemplo, a organização e recrutamento de “professores” para as AEC, o funcionamento de refeitórios e as refeições das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico, ou a limpeza das escolas.*

*O governo quer fazer da educação um grande negócio e o processo de municipalização é apenas um dos instrumentos para atingir esse objetivo.*

*Face a toda esta situação, a Assembleia Municipal de Belmonte reunida em 18/12/2014, delibera:*

- Reclamar que qualquer processo de transferência de responsabilidades do Governo para o Poder Local, por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, deve ser objeto de debate público e de negociação com as organizações representativas da comunidade educativa;*
- Tornar clara a frontal rejeição de que salários, concursos e contratação de docentes, carreiras, avaliação do desempenho, organização de horários, ação disciplinar, seleção dos órgãos de gestão de escolas/agrupamentos, decisões pedagógicas e organização curricular façam parte das competências e responsabilidades a transferir para a esfera das autarquias locais;*
- Recusar qualquer processo que signifique a retirada de poderes de gestão aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;*
- Apelar aos órgãos do Poder Local para que recusem participar neste processo que tem como grande objetivo permitir ao governo sacudir responsabilidades que constitucionalmente lhe cabem.*

*Face à apresentação da moção o Presidente da Câmara solicita a palavra. Inicia por desejar um Feliz Natal a todos e um ótimo 2015, de seguida quer garantir à deputada Marisa e a todos os presentes que não passa pela sua estratégia a municipalização da educação, até pela sensibilidade da área em questão, bem como a sua ideia que cada um na sua área de trabalho. A*

*melhoria na área de educação é uma das metas a atingir no entanto é necessário serem as pessoas especializadas e entendidas a trabalhar para atingir objetivos. De igual forma se pretende melhorar as condições dos serviços apresentados à população em geral através da concretização do espaço do cidadão, a localizar na antiga praça, onde se pretende a concentração de todos os serviços. Já existe o respetivo Protocolo assinado.*

*Em resposta ao deputado Fernando Proença, confessa vergonha e assume a responsabilidade dos resultados, estão a trabalhar para melhorar a situação. Existe uma equipa especializada a trabalhar no conteúdo da página da internet e espera brevemente melhoramentos a todos os níveis com a apresentação de regulamentos, contas, deliberações e muitos outros aspetos. No entanto fica de forma pública um pedido sincero de desculpas pela imagem menos boa do concelho que foi transmitida.*

*Solicitou a palavra Eduardo Gomes que deseja umas Boas Festas a todos e deseja, apenas, demonstrar o total apoio na defesa da moção apresentada por Marisa Tavares sobre a Municipalização da Educação.*

*Tendo em conta não haver mais intervenções o presidente da Assembleia passou à votação através de braço no ar.*

*Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que a moção conjunta sobre **"Municipalizar não resolve problemas, antes os agrava!"** foi aprovada por unanimidade.*

*O Presidente da Assembleia informa que antes de seguir com a restante ordem de trabalhos lhe foi solicitado, pelo ausente deputado Bruno Santos, no seu direito de resposta ao "Requerimento em Defesa da sua Honra e Bom Nome" apresentado na Assembleia anterior pela Sr.<sup>a</sup> Lara Curto, da Bancada do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte de ler o seguinte mail:*

*"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal*

*Ex. Mo Sra. Deputada da Bancada Pessoas pelo Concelho de Belmonte Lara Curto*

*Em resposta ao exposto na sessão ordinária da Assembleia Municipal datada do dia 29 de Setembro de 2014 pela Sra Deputada Lara Curto, sobre a exigência de pedido de desculpas público da minha parte, sou a expor: Que em momento algum no decorrer da referida sessão foi exposta qualquer discordância com a actual legislação ou com o Regimento deste tão honrado órgão.*

*A base da intervenção por mim exercida incorporou questões morais apenas e só.*

*Ao que, relembro a seguinte premissa usada na referida Sessão Ordinária, de que a posição de qualquer deputado desta Assembleia deve, e deverá ser de exemplo perante a nossa População.*

*Face ao que também foi exposto pela Sra. Deputada não entendo, quando afirma que não lhe foram "cedidos mecanismos legais e constitucionais" que lhe permitissem usar do direito de defesa da honra. Ora como é sabido, até pelo Regimento ao qual se refere, que nos momentos a seguir à minha intervenção poderia ter Defendido a sua Honra, mesmo que a mesma fosse realizada sem justificação.*

*Preferiu não evocar o seu direito, como também não me foi endereçada pela Sra. Deputada qualquer correspondência sobre este assunto, apesar do meu contacto estar ao alcance de qualquer deputado desta assembleia, preferindo em vez disso o "Show-off".*

*O que naturalmente leva a crer que o relançamento do assunto sobre ajudas de custo de deslocamento dos Srs. Deputados residentes fora do concelho, apenas foi uma forma da bancada do Movimento pelas Pessoas pelo Concelho de Belmonte surgir em alguns meios de comunicação locais, como acabou por acontecer e sobre um assunto que considero que não beneficia, infelizmente, em nada o nosso concelho nem a nossa população.*

*Sem mais,*

*Cordiais Cumprimentos,*

*Bruno Santos - Deputado da Assembleia Municipal de Belmonte - Bancada Partido Socialista"*

*Solicitou a palavra Anabela Pinto, em nome da bancada das Pessoas pelo Concelho de Belmonte, que afirmou sobre o email anterior que para consolidar a situação entende que não é ao deputado Bruno Santos que compete avaliar questões morais. Quanto ao meio usado, apenas aproveitaram um meio disponível e público para apresentar o assunto, anteriormente usado por outros. O Show Off, se existiu não foi pela parte desta bancada que foi iniciado. Mais afirma que as respectivas questões deverão ser resolvidas em local próprio.*

*Não havendo mais assuntos a tratar no período antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte.*

#### **4- Período da Ordem do Dia:**

##### **4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e situação financeira do Município;**

*O Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Câmara que pede desculpas pelos lapsos verificados nas diversas informações prestadas e agradece que tenham em atenção as respetivas erratas distribuídas no início da sessão desta Assembleia.*

*No que diz respeito aos dados apresentados não tem nenhuma informação complementar e está aberto a alguma questão que possa surgir.*

##### **4.2.- Informação económica e financeira do Município de Belmonte – 30 de junho de 2014;**

*O Presidente da Assembleia, apresentou o assunto em questão e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.*

*O mesmo informou que os valores apresentados são da responsabilidade dos ROC's pelo que neste caso também não têm qualquer informação adicional, ficando disponível para possíveis dúvidas.*

##### **4.3.- Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2015;**

*O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.*

*Tomou a palavra a líder da bancada das Pessoas Pelo Concelho de Belmonte, Anabela Pinto, que informou que face ao proposto pelo executivo municipal e tendo em conta a manutenção dos pressupostos anteriores, vão tal como no ano anterior votar favoravelmente.*

*O Senhor Deputado Eduardo Gomes, do PS, informa que mantém a sua posição de votar favoravelmente.*

*O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.*

*Concluída a votação verificaram-se 0 voto contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2015, no valor de 0%, foi aprovada por unanimidade.*

#### **4.4.- ADSI – Agência de desenvolvimento para a Sociedade de informação e do conhecimento – Proposta de protocolo (Sócio e outros serviços)**

*O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra ao Presidente da Câmara que esclareceu que neste ponto deveríamos ter em conta a errata distribuída no início da sessão e que informou que esta parceria seria no seu ponto de vista um bom instrumento de trabalho para todas as juntas de freguesia, coletividades e associações do concelho, pelo que deixa um desafio claro à sociedade civil para uso desta parceria.*

*O Presidente da Assembleia Municipal informa que tendo em conta não existir qualquer pretensão de intervenção se vai passar à votação através de braço no ar.*

*Concluída a votação verificaram-se 0 voto contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que a Proposta de protocolo (Sócio e outros serviços) com a ADSI – Agência de Desenvolvimento para a Sociedade de Informação e do Conhecimento, com as alterações apresentadas na errata, foi aprovada por unanimidade.*

*O Presidente da Assembleia informa que devido à sua atividade profissional e possíveis incompatibilidades, se vai ausentar da sala durante a apresentação, discussão e votação do ponto que se segue, dando a palavra ao 1º secretário para condução da respetiva sessão.*

#### **4.5.- “Contratação de Empréstimo a curto prazo para o ano de 2015”**

*O 1º secretário, Artur Elvas, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal.*

*Marisa Tavares, CDU, tomou a palavra informando que a Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013), no seu artigo 50º, regula os empréstimos de curto prazo. Quanto ao levantamento realizado junto das entidades bancárias, nada temos a apontar, está bem apresentado e claro. No entanto, seria importante, fundamental para a nossa posição, pois não passamos cheques em branco, saber-se, quais as dificuldades apontadas para a efetivação de este empréstimo. Mais diretamente: qual a finalidade do empréstimo concretamente.*

*Eduardo Gomes, PS, informa ter solicitado anteriormente informações sobre este empréstimo, o qual tem como objetivo dar à Câmara Municipal recursos suficientes até à chegada dos fundos comunitários, o que vai evitar atrasos nos pagamentos a fornecedores e prevenir a criação de dificuldades à economia local. Analisando a taxa atrativa sem grandes custos, vão votar favoravelmente à contratação do empréstimo.*

*Anabela Pinto, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, toma a palavra informando que no seguimento da linha de coerência da bancada, vão apresentar a respetiva declaração de voto em nome dos deputados Anabela Pinto, Lara Curto, Patrícia Eusébio e Fernando Proença, a qual vai ser arquivada em pasta anexa. Da mesma se destaca que após a análise do orçamento e GOP's para o ano económico de 2014 bem como, aquando a 1ª revisão orçamental, dúvidas não lhes restavam quanto à necessidade da contratação de um empréstimo. A 2ª revisão que vai ser analisada num ponto seguinte apenas vem confirmar a necessidade. A contratação decorre, da necessidade urgente de fazer face a despesas e compromissos correntes, fruto da não existência de uma planificação estratégico-financeira, bem como do despesismo esbanjador de recursos público, em eventos e realizações que por excessivos se revelam profundamente descontextualizados da realidade local. Neste sentido e porque a contratação deste empréstimo*

não resulta de uma necessidade financeira diretamente relacionada com a exequibilidade do orçamento de 2014, mas sim da efetivação desproporcionada da despesa em eventos e no pagamento de compromissos eleitorais, o sentido de vota é contra.

O Presidente da Câmara, Dr. António Rocha solicita a palavra para esclarecer a deputa Marisa Tavares de que a finalidade do empréstimo é fazer face a compromissos e que o mesmo não conta para o endividamento do Município tendo em conta que é a curto prazo. Não estamos numa situação aflitiva, vamos receber de obras efetuadas, nomeadamente do lar e arruamentos de Caria, da limpeza de florestas e melhoramentos de caminhos, mas até ele estar disponível queremos manter os nossos compromissos em dia. Vamos gastar deste empréstimo apenas o necessário, mas não vamos ter medo de investir este capital se isso representar um investimento com futuro.

Marisa Tavares informa que tendo em conta as explicações obtidas o sentido de voto da CDU será a abstenção.

O 1º secretário da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 4 votos contra (Anabela Pinto, Lara Curto, Patrícia Eusébio e Fernando Proença), 1 abstenção (Marisa Tavares da CDU) e 13 a favor, pelo que a Contratação de Empréstimo a curto prazo para o ano de 2015 foi aprovada por maioria.

Após a votação o Presidente da Assembleia, Paulo Borralhinho voltou a assumir a presidência da Assembleia.

#### **4.6.- Alteração de regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos de comércio e prestação de serviços do Concelho de Belmonte.**

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

O Presidente da Câmara informa que o restante regulamento se mantém, tendo apenas registado a necessidade de adaptação destes artigos par evitar um esvaziamento dos serviços, nomeadamente bares do concelho com a fuga para concelhos vizinhos dos potenciais clientes.

Anabela Pinto, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, toma a palavra e informa que o voto da bancada será favorável desde que se mantenham as salvaguardas existentes nomeadamente para os bares instalados em prédios de habitação.

Eduardo Gomes do PS, manifestou a concordância da bancada com a alteração de horários, tendo em conta os benefícios para comerciante/clientes, mantendo as condições previstas por lei.

Finalmente Marisa Tavares, CDU afirma concordar com a alteração dos horários e salvaguarda a ideia que é nosso dever criar condições para que os jovens e menos jovens fiquem no concelho e não procurem "coisas" essenciais fora do concelho.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que a **Alteração de regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos de comércio e prestação de serviços do Concelho de Belmonte** foi aprovada por unanimidade.

#### **4.7.- Mapa de pessoal para o ano de 2015;**

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

Marisa Tavares, CDU gostaria de passar a fazer uma apreciação ao mapa de pessoal 2015 apresentando uma declaração de voto que se vai arquivar em pasta anexa, e de onde podemos retirar os seguintes aspetos, sobre Mapa de Pessoal para 2015, a CDU, reafirma a clara oposição à estratégia definida pelo PS, em que é apoiado pelo vereador do “Movimento Pessoas pelo Concelho de Belmonte”, de que resulta a manutenção de um quadro completamente esvaziado de postos de trabalho na Câmara Municipal de Belmonte e a sua substituição por um número considerável de trabalhadores em outsourcing e CEI para postos de trabalho permanentes. Considera esta estratégia completamente errada. Este Município precisa de políticas e de opções muito diferentes das que até agora têm sido seguidas pela maioria PS na Câmara. Esta proposta de **Mapa de Pessoal 2015** não indica que as opções sejam invertidas, antes pelo contrário, acentua-as! Nesse sentido manifestamos o nosso desacordo. Neste Mapa não contém mais ou melhores respostas, mais ou melhores serviços. Antes pelo contrário, mantém-se a orientação de esvaziamento e da precariedade não se vislumbra a prometida alteração de estratégia nesta importante área municipal. Ainda a constatação, mais uma vez, de que um dos mais elementares atos de democracia, como é a consulta prévia às estruturas sindicais não tenha sido efetuado, apesar da CDU ter atempadamente chamado a atenção para a sua concretização. Perante o exposto a CDU expressa o voto contra no **Mapa de Pessoal 2015**.

Anabela Pinto, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, toma a palavra e informa que o voto da bancada será desfavorável, nomeadamente em nome dos deputados Anabela Pinto, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, que pelos mesmos motivos esgrimidos aquando a apresentação do mapa de pessoal no ano transato, os que se voltam a verificar, acrescentando, este ano, um lugar a prover.

O Presidente da Câmara esclarece que não pode diminuir o pessoal, não pode despedir nenhum técnico em especial. É verdade que o Município apoia alguns munícipes do desemprego, (9 CEI's) é verdade que recorreremos a alguns outsourcing, já referidos anteriormente, mas têm o quadro de pessoal que considera seguro.

Marisa esclarece que não se pretende dispensar ninguém e que não está contra os acordos com o IEF, antes pelo contrário tendo em conta que a legislação que impedia a contratação já foi revogada o que se pretende é a criação de vínculos profissionais seguros e permanentes.

Anabela Pinto refere que também eles não pretendem despedimentos, o que têm é um voto coerente e que caso fosse uma decisão deste movimento a estratégia seria diferente pelo que apresentariam um mapa de pessoal distinto.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 5 votos contra (Anabela Pinto, Lara Curto, Patrícia Eusébio e Fernando Proença do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte, bem como

Marisa Tavares da CDU) 0 abstenções e 14 a favor, pelo que o mapa de pessoal para 2015 foi aprovado por maioria.

#### **4.8.- EMPDS – Contrato Programa 2015;**

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

O deputado Eduardo Gomes, tendo em conta que presta funções de técnico oficial de contas na EMPDS – Belmonte EM, apesar de não existir impedimento legal, mas por uma questão de consciência, até porque lhe chamaram anteriormente a atenção, se vai retirar da sala durante a apresentação, discussão e votação do presente ponto.

O Presidente da Câmara informou que o contrato apresentado é o mesmo que o do ano transato com as alterações introduzidas pela errata distribuída, cujo objetivo é fazer face às perdas de rendimento da EMPDS pelas visitas dos Municípes aos Museus e dos descontos aos diversos segmentos da população.

Marisa Tavares, CDU, informa que tendo em conta o documento que nos é apresentado, no parecer final é referida uma preocupação explícita. Assim, queríamos saber os resultados reais do protocolo realizado em 2014? Para que desta forma tivéssemos um valor, e saber-se se está ou não correto, no caso de não estar proceder-se a sua correção, fosse este inferior ou superior. No entanto, aqui reafirmamos, que a nossa posição é de que esta empresa no contexto deste município, não se justifica e que se deveria trabalhar na sua extinção, acautelando os postos de trabalho. Vota contra este contrato programa. Aproveito para valorizar a atitude de terem remetido, aos representantes de bancada, atempadamente, o relatório e plano da EMPDS – Belmonte EM.

O Presidente da Câmara informa que as contas serão apresentadas futuramente, mas ressalva o excelente trabalho efetuado pela empresa municipal.

Licínio Benedito, representante do PS informa que analisados, mais uma vez valores do contrato programa, concordam com os valores apresentados, pelo que votam favoravelmente.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 5 votos contra (Anabela Pinto, Lara Curto, Patrícia Eusébio e Fernando Proença do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte, bem como Marisa Tavares da CDU), 1 abstenção (José Carlos Birra do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte) e 12 a favor, pelo que o **Contrato Programa 2015 da EMPDS – Belmonte EM** foi aprovado por maioria.

Após a votação o deputado Eduardo Gomes, voltou a integrar a sessão da Assembleia.

#### **4.9.- 2ª Revisão às GOP's e Orçamento 2014;**

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

*O Presidente da Câmara informa desde já que esta revisão se deve ao ajustamento de verbas finais do exercício, verbas previstas que não foram utilizadas, sendo esta revisão nomeadamente de carácter técnico.*

*Marisa Tavares, CDU, sobre este assunto e tendo em conta que não estiveram representados na sessão da assembleia em que se aprovou este orçamento e GOP's, por razões anteriormente apresentadas, neste momento vão abster-se quando à aprovação ou não deste ponto.*

*Lara Curto, do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte, tomou a palavra para proceder a uma análise criteriosa às GOP's e orçamento de 2014. Tece considerações técnicas relativas ao documento facultado, analisando criteriosamente os valores das rubricas o que a leva a verificar que o orçamento tem dois problemas de natureza estrutural. Só se considera receita efetiva a efetivamente realizável o que não é o caso. Pelo princípio da execução orçamental vai para as despesas correntes e seguidamente para as despesas de capital. Anteriormente foi questionado quais os bens de investimento que a Câmara teria intenção de vender para justificar a despesa. Há um ano atrás demos nota que este orçamento era completamente irreal, que cria falsas expetativas orçamentais e falsas expetativas nos munícipes, não passando este uma tentativa de engenharia de financeira para justificar despesa.*

*A análise final económica do ano 2014 deste executivo será feita por nós aquando da aprovação da conta de gerência, no entanto e perante as duas revisões efetuadas, não nos restam dúvidas que a taxa de execução do orçamento (receita/despesa) será muito aquém do previsto. Como afirmado anteriormente a exequibilidade do orçamento inicial fica ainda mais vulnerável e dependente de um inevitável empréstimo bancário ou de um reforço de verbas da administração central para garantir o equilíbrio da receita face à despesa já realizada e comprometida.*

*Para Eduardo Gomes, PS, as revisões estão previstas na lei e são sempre passíveis de fazer para corrigir algo que não corra como previsto.*

*O Presidente da Câmara informa que realmente há muito difícil prever um orçamento sem saber as regras que nos esperam, no entanto temos de tentar e se for possível executar, caso não seja possível temos de nos reajustar.*

*Anabela Pinto, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, toma a palavra e apresenta a declaração de voto que vai ser anexada em pasta anexa da qual se pode reter que cada um tem a sua visão dos números e das "coisas". Esta bancada deixou bem clara aquando a discussão da 1ª revisão realizada em 27 de junho que iria existir a necessidade de proceder a uma outra revisão. Não obstante a previsibilidade desta 2ª revisão orçamental, o executivo municipal continuou a acreditar na exequibilidade de verbas, pelo que outra atitude não lhe restou senão ter de admitir a anulação de despesa para compensar a não realização de receita equivalente. Na análise efetuada por esta bancada à 2ª revisão certificou-se a ratificação da posição coerente da bancada, que inquestionavelmente, segura e assertiva face às posições que assume, não se revê em processos de engenharia financeira orçamental, pelo que vão votar contra a aprovação da 2ª revisão orçamental.*

*O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.*

Concluída a votação verificaram-se 4 votos contra (Anabela Pinto, Lara Curto, Patrícia Eusébio e Fernando Proença do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte), 2 abstenção (José Carlos Birra do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte, bem como Marisa Tavares da CDU) e 13 a favor, pelo que a **2ª Revisão às GOP's e Orçamento 2014** foi aprovada por maioria.

#### **4.10.- Grandes Opções do Plano e Orçamento 2015**

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

O Presidente da Câmara Municipal informa que este orçamento não reflete o novo quadro comunitário tendo em conta que o mesmo ainda não é conhecido devido ao seu atraso. Esta é uma realidade da qual não podemos fugir. Esperamos o ano 2015 seja um ano melhor mas temos consciência que este documento pode ser considerado inútil quando o conhecimento das regras.

Eduardo Gomes, PS, as GOP's e orçamento apresentado são o reflexo das dificuldades do País e o não conhecimento da regulamentação do novo quadro de apoio deixa aberto possíveis revisões. Temos conhecimento da elaboração do novo plano estratégico para Belmonte, com o prazo de 7 anos e de acordo com informações preveem-se muitas candidaturas a quadros comunitários pelo que para já estes documentos são perfeitamente aceitáveis. A bancada vai votar favoravelmente à aprovação das GOP's e orçamento de 2015.

Patrícia Eusébio, Movimento pelas Pessoas do Concelho de Belmonte, enaltece a maior transparência do documento previsional apresentado nomeadamente pela criação de novas rubricas que facilitam a interpretação orçamental, bem como a da despesa concentração da outrora dividida pelas divisões orgânicas. Enaltece o trabalho técnico apresentado, no sentido de reconhecer publicamente o mérito a quem o executou, certamente sobre a orientação política do Sr. Presidente da Câmara, que apesar de dizer reiteradamente que de números não entende, será da sua inteira responsabilidade a proposta que levou ao executivo e agora apresenta nesta assembleia. Este orçamento e as GOP's para o ano económico de 2015, à semelhança do anterior são da inteira responsabilidade política da maioria do socialista quer do executivo municipal e desta assembleia, que tendo sido eleitos por um mandato de 4 anos, irá certamente aprovar os documentos previsionais que sustentam a estratégia definida pelos mesmos, mas porque a responsabilidade política não se esgota naqueles que maioritariamente governam cabe a esta bancada a responsabilidade de analisar com rigor e criteriosamente a exequibilidade das propostas com base nos documentos apresentados. Na certeza de que o sentido de voto, representa não só o sentido de voto de quem nos elegeram e em nós confiaram, mas o de que o melhor que queremos para os munícipes. Assim sendo e na linha das anteriores intervenções aqui proferidas por esta bancada, não poderemos deixar de registar para este orçamento a particular atenção dada pelo executivo municipal, à dotação atribuída à venda de bens de investimento, sinal que o rigor reclamado por esta bancada, no que diz respeito a esta matéria foi finalmente ouvida. Não podemos criar falsas expectativas aos cidadãos e para isso temos de respeitar a regra do equilíbrio orçamental, ou seja não faz sentido falar de despesa sem ter a sua contrapartida em receita. Análise vai ser feita na receita, demonstrando o peso financeiro que recai sobre os munícipes, designadamente pelo esforço financeiro que vai ser pedido às famílias, no que se refere aos valores provenientes de impostos, transferência da administração, rendas das AZC e energias eólicas bem como em outros que inclui IVA cobrado e pago. As receitas previstas passam pelas rubricas de fornecimento de água, taxa fixa de saneamento, taxa variável de saneamento, taxa fixa de resíduos sólidos e urbanos, taxa variável de resíduos sólidos

e urbanos, parques de estacionamento, tarifa de disponibilidade. De referenciar que à exceção da rubrica de fornecimento de água todas as outras são novas e serão os municípios a pagar. Do lado das despesas só menciono as despesas com pessoal que vão crescer em relação a 2014, bem como a rubrica água, que aumentou cerca de 62%. Outro aumento verificado por esta bancada foi na rubrica estudos, projetos e consultadoria que aumentou visivelmente, sem que os mesmos se revertam em obras visíveis.

Marisa Tavares, CDU, apresentou uma declaração de voto que vai ser arquivada em pasta anexa e na qual consta a seguinte informação. Caso quisermos fazer uma análise prévia às GOP's e orçamento 2015 a partir da introdução, concluiríamos que a câmara não tem estratégias nem alternativas a apresentar aos municípios do Concelho de Belmonte, que não seja o que eventualmente venha a constar no Portugal 20/20. É muito redutor que se situem as expectativas para 2015 no que há-de vir. Após análise das propostas em concreto, fica a percepção de que, no próximo ano 2015 o concelho de Belmonte ficará parado no tempo à espera. **Assim, reafirmam algumas questões que, do ponto de vista estrutural deverão ser preocupações de partida da Camara Municipal de Belmonte:**

- **Defesa dos serviços públicos municipais:** A água como bem essencial à vida deve continuar a ter gestão pública.
- **Reforço de meios e competências às Freguesias:** Uma vez que, se mantem o mesmo valor das transferências correntes previstas nas GOP's e orçamento 2015, a verdade é que, face às necessidades das populações e à capacidade realizadora das Freguesias, a verba que está prevista é irrisória devendo ser aumentada.
- **Ainda no plano da Receita:** É necessário que o município não abdique da receita de IRS que lhe cabe, por razões já bastamente aduzidas. Que seja estudada a possibilidade da introdução da derrama, imposto que incide sobre o lucro tributável das empresas, (empresas com volume de negocio superior a 150 mil euros e, o valor da derrama é aplicado sobre os lucros), salvaguardando sempre os pequenos negócios de acordo com as isenções previstas na lei. As receitas daqui provenientes deverão ser aplicadas na promoção do emprego e no desenvolvimento da economia local.
- **Ainda no plano da Despesa:** Regulamentar com rigor, transparência e clareza a transferência de verbas para associações e instituições. Rentabilizar a estrutura municipal, diminuindo a rubrica Elaboração de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria. Especialmente no atual contexto requer-se uma significativa diminuição das despesas com publicidade. Exige-se mais transparência, nomeadamente na melhor especificação dos vários "Outros" que são uma constante no documento.
- **E ainda defendem que:** Deve o município, elaborar um Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo que regule de forma **clara e transparente** a atribuição de verbas e apoios às Associações e Coletividades do concelho. Acertar, de uma vez por todas com o SITE da autarquia, melhorando assim, a forma de chegar aos municípios, promovendo aqui também a clareza e a transparência.

**Pelo exposto, a CDU vota contra, estas grandes opções do plano e orçamento para 2015.**

Anabela Pinto, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, toma a palavra e informa que vão apresentar uma declaração de voto contra a aprovação das GOP's e orçamento de 2015, que vai ser anexa em pasta anexa mas que devido ao adiantado da hora já não vai ler.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 5 votos contra (Anabela Pinto, Lara Curto, Patrícia Eusébio e Fernando Proença do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte, bem como Marisa Tavares da CDU), 1 abstenção (José Carlos Birra do Movimento de Pessoas pelo Concelho

de Belmonte,) e 13 a favor, pelo que as **Grandes Opções do Plano e Orçamento 2015** e respetivos anexos, nos termos do disposto do artigo 46º da Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro, incluindo a proposta de Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais (para os efeitos previstos na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12º do decreto-Lei n.º127/2012, de 21 de junho) foram aprovadas por maioria.

#### **5 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municipais**

Antes de dar por encerrada esta assembleia propõe-se para maior celeridade e pela importância dos assuntos tratados a sua aprovação por minuta. Pretensão que foi aceite por unanimidade.

Agradece a presença de todos, desejando uma vez mais votos de Boas Festas. Informa que o Presidente da Câmara tem todo o gosto em deixar uma lembrança a todos os membros da Assembleia municipal que podem levantar no salão Nobre e relembra o convite a todos os membros para o jantar / convívio de Natal a realizar no seguimento desta Assembleia.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 20 horas e 30 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro Secretário encarregado de elaborar a presente ata, para aprovação na reunião seguinte.

E eu, \_\_\_\_\_, primeiro Secretário da Mesa a redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário

2º Secretário